

# Consciência Negra: O Que a História Não Conta

Por Juliana Apolinario



Comitê de  
**DIVERSIDADE**  
Equidade e Inclusão

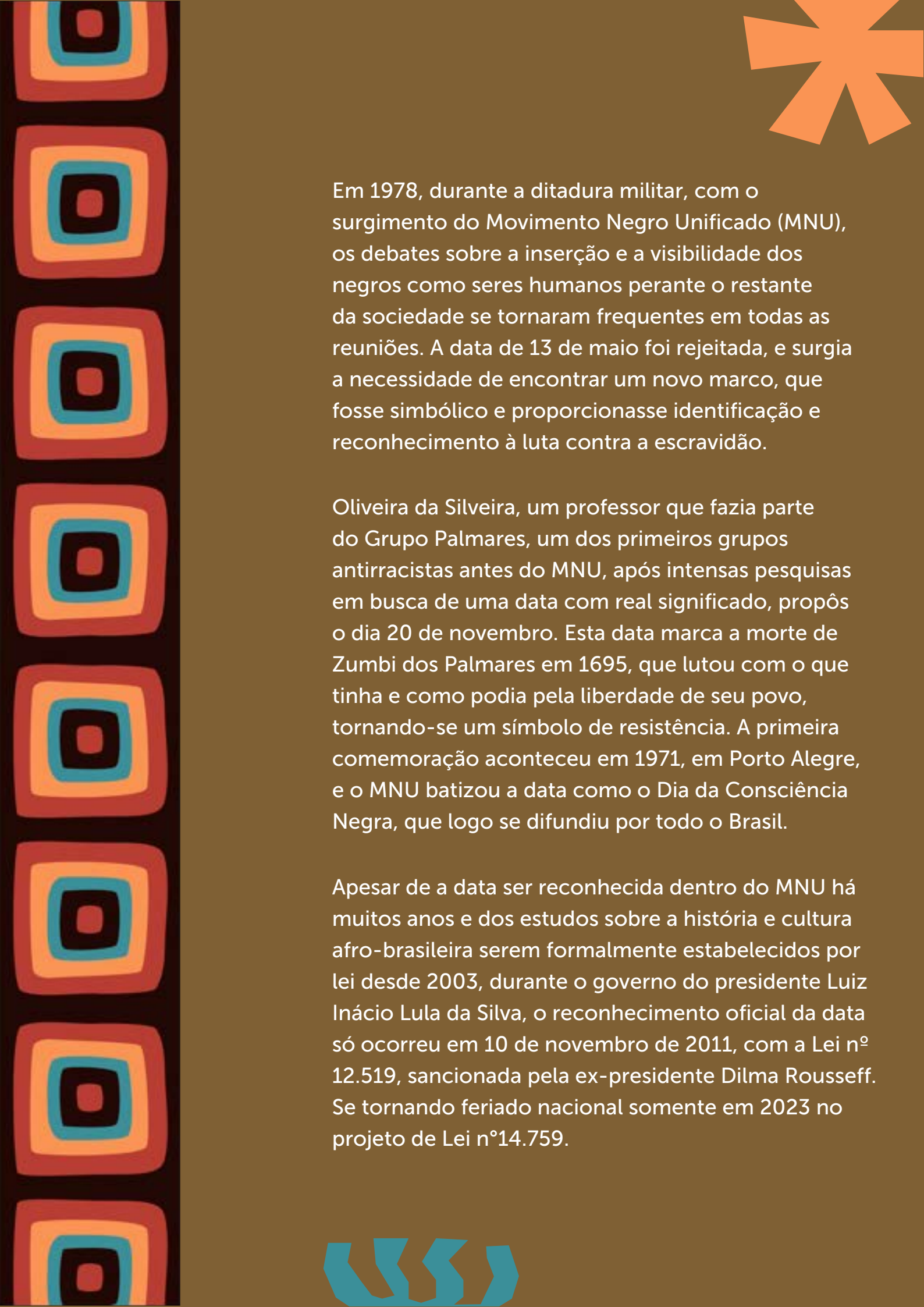
  
**tahto**  
Soluções em CX/BPO



O desenvolvimento do Brasil ocorreu em uma sociedade escravocrata, em um período marcado pela evidente superioridade racial. Esse contexto gerou cicatrizes profundas nas pessoas pretas, cujos efeitos persistem até hoje, mais de 136 anos após a abolição da escravatura, em 13 de maio de 1888. A data mencionada deveria representar um suspiro de liberdade para essa minoria, após mais de 400 anos de invisibilidade, discriminação e escravidão.

No entanto, o Brasil foi um dos últimos países a abolir a escravatura, e o processo ocorreu de forma abrupta, sem a delicadeza necessária, em um contexto ainda profundamente marcado pelo preconceito. Por isso, o Movimento Negro, que teve suas raízes nos ex-escravizados libertos e em protestantes que não viam razão para a segregação imposta pela cor da pele, rejeitam a data supracitada, pois não houve o acolhimento e/ou direcionamento para que a população preta fosse reinserida na sociedade.





Em 1978, durante a ditadura militar, com o surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU), os debates sobre a inserção e a visibilidade dos negros como seres humanos perante o restante da sociedade se tornaram frequentes em todas as reuniões. A data de 13 de maio foi rejeitada, e surgia a necessidade de encontrar um novo marco, que fosse simbólico e proporcionasse identificação e reconhecimento à luta contra a escravidão.

Oliveira da Silveira, um professor que fazia parte do Grupo Palmares, um dos primeiros grupos antirracistas antes do MNU, após intensas pesquisas em busca de uma data com real significado, propôs o dia 20 de novembro. Esta data marca a morte de Zumbi dos Palmares em 1695, que lutou com o que tinha e como podia pela liberdade de seu povo, tornando-se um símbolo de resistência. A primeira comemoração aconteceu em 1971, em Porto Alegre, e o MNU batizou a data como o Dia da Consciência Negra, que logo se difundiu por todo o Brasil.

Apesar de a data ser reconhecida dentro do MNU há muitos anos e dos estudos sobre a história e cultura afro-brasileira serem formalmente estabelecidos por lei desde 2003, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o reconhecimento oficial da data só ocorreu em 10 de novembro de 2011, com a Lei nº 12.519, sancionada pela ex-presidente Dilma Rousseff. Se tornando feriado nacional somente em 2023 no projeto de Lei nº14.759.



Isso evidencia que, apesar de todo o esforço, a luta por espaço e pelo reconhecimento da cultura negra ainda é exaustiva e dolorosa, porque não é reconhecida como uma causa coletiva por muitas pessoas. O dia 20 de novembro é fundamental para destacar a valorização da história e da cultura do povo negro, a resistência de uma população que foi marginalizada e brutalmente silenciada, além de relembrar as lutas e os quilombos. É um momento para evidenciar os problemas enfrentados pela sociedade em sua busca por igualdade, e para debater de forma clara e objetiva o combate ao racismo.

Mesmo após anos sendo reconhecidos como iguais na teoria, os negros continuam sendo mortos, invisíveis e marginalizados. O Dia da Consciência Negra é um marco importante em uma sociedade ainda profundamente preconceituosa, mas não deve ser visto como uma vitória e um ponto final. O que realmente devemos refletir é: o que estamos fazendo para que as próximas gerações, aquelas que estão se formando agora, se tornem verdadeiramente antirracistas? E que a consciência, cultura e vidas pretas sejam exaltadas todos os dias e não somente em datas comemorativas.



ALBUQUERQUE, Wlamyra; FILHO, Walter Fraga. Uma história do negro no Brasil. Centro de estudos Afro-Orientais. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. 320p.

Diário Oficial da União, Seção 1, página 7, de 11 de novembro de 2011.

Diário Oficial da União, Seção 1, de 21 de dezembro de 2023.

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil: Projeto História. Revista do programa de estudos pós-graduados de história, SP, v 16, p. 25 – 38. 1998. . Disponível em Acesso em 05 ago 2013.

MORAES, Camila Lopes de. A imprensa Alternativa negra: Tição, um grito de liberdade. Trabalho de Conclusão do Curso Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo. Centro Universitário Metodista IPA, Porto Alegre, 2008. 66p.

SILVEIRA, Oliveira. Vinte de Novembro: história e conteúdo, in SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto. Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília, D.F : INEP, 2003. p. 21 – 42.

SILVA, Vanessa Cristina Pacheco. O dia da consciência negra no Brasil: algumas reflexões. Revista Bilros, v. 2, n. 3, p. 153-166, 2014.

